



**Disciplinas**  
**Conferência de Digitação**  
**Ementa e Bibliografia**

**INSTITUIÇÃO:** UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

**PROGRAMA:** DIREITO (SOLICITAÇÃO: 2175)

**DISCIPLINA:** Constitucionalismo Brasileiro Crítico

**Sigla-Número:** MD-0017

**Nível:** Mest. Acadêmico

**Ementa:**

A Constituição aberta. Federalismo: caracterização nacional. Federalismo regional. O Município. Modelo de Jurisdição Constitucional. Ações de defesa da constitucionalidade. Sistema tributário. Descriminação de rendas. Controle judicial dos atos administrativos. Mecanismos de acesso à Justiça. Sistema judiciário. Sistema repressivo da criminalidade. Separação de poderes. Autonomia constituinte estadual.

**Bibliografia:**

- BALEIRO, Aliomar. Limitações constitucionais ao Poder de Tributar. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1977.
- BONAVIDES, Paulo. A Constituição aberta. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.
- BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.
- CLÈVE, Clemerson Merlin. A fiscalização abstrata de constitucionalidade no Direito Brasileiro. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995.
- HESSE, Konrad. A força normativa da Constituição. Trad. por Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Safe, 1991.
- KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. 4. ed. Trad. por João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- LASSALE, Ferdinando. Que es una Constitución? Buenos Aires: Ediciones Siglo Veinte, 1975.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 1998.
- MENDONÇA, Fabiano André de Souza. Limites da responsabilidade do Estado: teoria dos limites da responsabilidade extracontratual do Estado na Constituição Federal Brasileira de 1988, 2002. 193 f. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito do Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- MENDONÇA, Fabiano André de Souza. Responsabilidade do Estado por ato judicial violador da isonomia: a igualdade perante o Judiciário e a constitucionalidade da coisa julgada face à responsabilidade objetiva. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.
- MENDONÇA, Fabiano André de Souza. Democracia e legalidade da tributação na Constituição Federal de 1988, in: Revista de Informação Legislativa. Brasília, v. 34, n. 133, jan/mar, 1997.
- MENDONÇA, Fabiano André de Souza. O significado da constitucionalidade: notas para uma abordagem sociológica, in: Revista da Esmape. Recife, v. 3, n. 7, p. 253-90, jan/jun, 1997.
- MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- SALDANHA, Nelson. Formação da teoria constitucional. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
- SALDANHA, Nelson. Filosofia do Direito. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.
- SARAIVA, Paulo Lopo. Direito, Política e Justiça na contemporaneidade. Campinas: Edicamp, 2002.
- SARAIVA, Paulo Lopo. Federalismo Regional. São Paulo: Saraiva, 1983.
- SARAIVA, Paulo Lopo. Garantia constitucional dos direitos sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense, 1983.
- SARAIVA, Paulo Lopo. Antologia luso-brasileira de Direito Constitucional. Brasília: Brasília Jurídica, 1992.
- SARAIVA, Paulo Lopo. Manual de Direito Constitucional: a constituição deles não é a nossa. São Paulo: Editora Acadêmica, 1995. (Biblioteca de Direito Público, n. 7).
- SCHMITT, Carl. Teoria de la Constitución. Trad. Por Francisco Ayala. Madrid: Alianza Editorial, 1992. (Alianza universidad Textos, n. 57).
- SOUTO, Cláudio. Ciência e Ética no Direito: uma alternativa de modernidade. Porto Alegre: Safe, 1992.
- TEIXEIRA, J. H. Meirelles. Curso de Direito Constitucional. Atual. Por Maria Garcia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- VILANOVA, Lourival. As estruturas lógicas e o sistema do Direito Positivo. São Paulo: Max Limonad, 1997.



**Disciplinas**  
**Conferência de Digitação**  
**Ementa e Bibliografia**

**INSTITUIÇÃO:** UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

**PROGRAMA:** DIREITO (SOLICITAÇÃO: 2175)

**DISCIPLINA:** Criminologia e Políticas Criminais

**Sigla-Número:** MD-0011

**Nível:** Mest. Acadêmico

**Ementa:**

A crise da dogmática penal no final do século XX. A rediscussão das relações dogmática penal-criminologia: passado e futuro do modelo integral de ciência penal. Os principais movimentos de política criminal na contemporaneidade: da ressocialização do delinqüente à ressocialização da sociedade. Características fundamentais do movimento internacional de reforma no direito penal. A reforma penal brasileira: inserção na política criminal contemporânea e no plano internacional. A transnacionalização do controle penal. Contradições das políticas criminais brasileiras face à crise do sistema penal e penitenciário.

**Bibliografia:**

- BARATTA, Alessandro (1997). Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: Revan.
- FIGUEIREDO DIAS, Jorge de e ANDRADE, Manuel (1992). Criminologia: o homem delinqüente e a sociedade criminógena. Coimbra: Coimbra Editorial Ltda.
- FOUCAULT, Michel (1991). Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_. História da Loucura (1993). São Paulo: Perspectiva.
- GOGGMAN, Erving. (1974). Manicômios, Prisões e Conventos. São Paulo: Perspectiva.
- \_\_\_\_\_. Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar.
- GOMES, Luiz Flávio e PABLOS DE MOLINA, Antonio García (1997). Criminologia. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- MANNHEIM, Hermann (1985). Criminologia Comparada. Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- SALES, Sheila Jorge Selim de (1997). Acerca da criminologia psicanalítica, in: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 17.
- SARAIVA, Raílda (1989). Poder, violência e Criminalidade. Rio de Janeiro: Forense.
- LÓPEZ-REY, Manuel (1983). Criminalidad y Abuso de Poder. Salamanca: Tecnos.
- MUNÓZ CONDE, Francisco (1988). Teoria Geral do Delito. Porto Alegre: Fabris.
- COELHO, Walter (1991). Teoria Geral do Crime. Porto Alegre: Fabris.
- D'URSO, Luiz Flávio Borges. Direito Criminal na Atualidade. São Paulo: Atlas.
- ALBERGARIA, Jason (1999). Noções de Criminologia. Belo Horizonte: Mandamentos.
- FERNANDES, Newton e FERNANDES, Walter (1995). Criminologia Integrada. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- TAYLOR, Ian et alii. (1980). Criminologia Crítica. Rio de Janeiro: Graal.
- LYRA FILHO, Roberto (1997). Criminologia Dialética. Brasília; Ministério da Justiça.
- TENÓRIO, Igor e LOPES, Inácio Carlos Dias (1995). Crime Organizado. Brasília; Editora Consulex.
- COHEN, Claudio et alii (org.) (1996). Saúde Mental, Crime e Justiça. São Paulo: Edusp.
- DIAS, Jorge de Figueiredo (1999). Questões Fundamentais do Sociologia Jurídica Penal Revisitadas. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- PALOMBA, Guido Arturo (1996). Loucura e Crime. São Paulo: Fiuza Editores.
- BISSOLI FILHO, Francisco (1998). Estigmas da Criminalização. Florianópolis: Obra Jurídica.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de (1997). A Ilusão de Segurança jurídica. Porto Alegre: Livraria do ADVOGADO.
- STANCIU, V.V. (1980). Essais de Psycho-Sociologie Criminelle. Paris: Antropos.
- RUSCHE, Georg e KIRCHHEIMER, Otto. (1994). PEINE ET STRUCTURE SOCIALE. Paris: Les Éditions du CERF.
- HARRIS, Ruth (1993). Assassinato e Loucura: Medicina, leis e sociedade no fin de siècle. Rio de Janeiro: Rocco.
- CAVALCANTE, Antonio Mourão (1995). O Ciúme Patológico. Rio de Janeiro: Artes & Contos.
- MARANHÃO, Odon Ramos (1993). Psicologia do Crime. São Paulo: Malheiros.
- NEUMAN, Elías (1984). Prisión Abierta: Una experiencia penológica. Buenos Aires: Depalma.
- DOTTI, René Ariel (1998). Bases e Alternativas para o Sistema de Penas. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl (1991). Em Busca das Penas Perdidas. Rio de Janeiro: Revan.
- SILVA, Jorge da (1999). Controle da Criminalidade e Segurança Pública. Rio de Janeiro: Forense.
- DELMAS-MARTY, Mireille (1992). Modelos e Movimentos de Política Criminal. Rio de Janeiro: Revan.
- HULSMAN, Louk e CELIS, Jacqueline Bernat de (1997). Penas Perdidas: O Sistema Penal em Questão. Rio de Janeiro: Luam.
- SZABO, Denis (1978). Criminologie et Politique Criminelle. Montréal: VRIN.
- LEAL, César Barros (1998). PRISÃO: Crepúsculo de uma era. Belo Horizonte: Del Rey.
- OLIVEIRA, Edmundo (1996). Política Criminal e Alternativas à Prisão. Rio de Janeiro: Forense.
- CERVINI, Raúl (1995). Os Processos de Descriminalização. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- ARAÚJO JÚNIOR, João Marcelo de (org.) (1991). Sistema Penal para o Terceiro Milênio. Rio de Janeiro: Revan.
- LOPES, Mauricio Antonio Ribeiro (1999). Princípios Políticos do Direito Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais.



**Disciplinas**  
**Conferência de Digitação**  
**Ementa e Bibliografia**

**Ano Base**  
**20021**

**INSTITUIÇÃO:** UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

**PROGRAMA:** DIREITO (SOLICITAÇÃO: 2175)

**DISCIPLINA:** Direito Constitucional Tributário

**Sigla-Número:** MD-0009

**Nível:** Mest.Acadêmico

**Ementa:**

Tributação e ordem econômica. O tributo na Teoria Geral do Direito. Sistema Tributário Nacional. Extrafiscalidade na Constituição de 1988. Princípios constitucionais tributários. Federalismo fiscal. Competência tributária. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Repartição constitucional de receitas tributárias. Meios para execução de crédito tributário. Processo tributário. Conselhos de contribuintes. Isonomia e capacidade contributiva. Legalidade tributária.

**Bibliografia:**

CARRAZZA, Elizabeth Nazar (Coord.). Direito Tributário Constitucional. São Paulo: Max Limonad, 1999.  
CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.  
UCKMAR, Victor. Princípios comuns de Direito Constitucional Tributário. 2. ed. Trad. por Marco Aurélio Greco. São Paulo: Malheiros, 1999.

**DISCIPLINA:** Direito do Consumidor e Sistema de Justiça

**Sigla-Número:** MD-0010

**Nível:** Mest.Acadêmico

**Ementa:**

Sociedade e relações de consumo. O direito do consumidor e seus princípios fundamentais. Contratos fundamentados e de adesão. Produtos e serviços. Fornecedores privados e públicos. Agências reguladoras. Concessionários públicos. Consumidores, não empresários e empresários. Equiparação a consumidor. A relação de consumo. Cláusulas abusivas. Responsabilidade do fornecedor. Direitos do consumidor e acesso à Justiça. Ministério público. Garantias processuais das relações de consumo. Coisa julgada em matéria direito do consumidor.

**Bibliografia:**

AGUIAR DIAS, José de. Da Responsabilidade Civil. Rio de Janeiro: Forense.  
AGUIAR JR. Extinção dos Contratos por Incumprimento do Devedor (Resolução). Rio de Janeiro: Aide.  
ASSI, Araken de. Resolução do Contrato por Inadimplemento. São Paulo: RT.  
AZEVEDO JR., José Osório de. Compromisso de Compra e Venda. São Paulo: Malheiros.  
BENJAMIN, Antônio H. V. et. al. Comentários ao Código de Proteção do Consumidor. São Paulo: Saraiva.  
BETTI, Emilio. Teoria Generale delle Obbligazioni. Milano: A Giuffrè.  
\_\_\_\_\_. Teoria Geral do Negócio Jurídico. Trad. Fernando de Miranda. Coimbra: Coimbra Editora.  
BITTAR, Carlos Alberto. Coord. Contornos Atuais dos Contratos. São Paulo: RT.  
\_\_\_\_\_. O Direito Civil na Constituição de 1988. São Paulo: RT.  
\_\_\_\_\_. Responsabilidade Civil nas Atividades Nucleares. São Paulo: RT.  
CAHALI, Yussef Said. Responsabilidade Civil do Estado. São Paulo: Malheiros.  
COELHO, Fábio Ulhoa et. al. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Saraiva.  
COSTA, Judith Martins. Fundamentos da Responsabilidade Civil.  
DEMOGUE, René. Traité des Obligations en Général. Paris: Lib. Arthur Rousseau.  
DIAS, José de Aguiar. Da Responsabilidade Civil. Rio de Janeiro: Forense.  
FILOMENO, José Geraldo Brito. Manual do Direito do Consumidor. São Paulo: Atlas.  
GOMES, Orlando. Contratos. Rio de Janeiro: Forense  
\_\_\_\_\_. Obrigações. Rio de Janeiro: Forense.  
\_\_\_\_\_. Transformações Gerais do Direito das Obrigações. Rio de Janeiro: Forense.  
GRINOVER, Ada Pellegrini et. Al. Código de Defesa do Consumidor Comentada Pelos Autores do Anteprojeto. São Paulo: Forense Universitária.  
JACINTO, Roque. Contratos e Outros Instrumentos. São Paulo: Jurídica Brasileira.  
LEÃES, Luiz Paes de Barros. A Responsabilidade do Fabricante e a Defesa do Consumidor. São Paulo: RT.  
MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: RT.  
MAZEAUD, Henri y León. Tratado teórico y Prático da la Responsabilidad Civil Delictual y Contractual. Buenos Aires: Ediciones Jurídicas Europa-América  
MONTENEGRO, Antônio Lindbergh C. Responsabilidade Civil. Rio de Janeiro: Lumen Juris.  
MORAES, Voltaire de Lima. Comentários ao Código do Consumidor. Rio de Janeiro: Forense.  
MOURA, Mário Aguiar. Promessa de Compra e Venda. Rio de Janeiro: Aide.  
NASCIMENTO, Tupinambá Miguel Castro do. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. Rio de Janeiro: Aide.  
\_\_\_\_\_. Responsabilidade Civil no Código do Consumidor. Rio de Janeiro: Aide.  
SAAD, Renan Miguel. O Ato Ilícito e a Responsabilidade Civil do Estado. Rio de Janeiro: Lumen Juris.  
SAVATIER, R. Traité de la responsabilité Civile en Droit Français. Paris: Deuxième Édition.  
SERPA LOPES, Miguel Maria de. Curso de Direito Civil. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.  
WALD, Arnold. Obrigações e Contratos. São Paulo. RT.  
ZAVALLIA, Fernando J. Lopez de. Teoria de los Contratos. Parte General. Zavallia Editor. Tomo I.



**Disciplinas**  
**Conferência de Digitação**  
**Ementa e Bibliografia**

---

**INSTITUIÇÃO:** UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**PROGRAMA:** DIREITO (SOLICITAÇÃO: 2175)

---

**DISCIPLINA:** Direito e Desenvolvimento**Sigla-Número:** MD-0014**Nível:** Mest.Acadêmico**Ementa:**

Constitucionalismo e estrutura econômica. Relacionamento entre classes sociais. Ordem econômica e regramento empresarial. Distribuição de renda e a legislação como instrumento de políticas econômicas. O Estado regulador. Concessão. Contratos administrativos. Servidão. Plano diretor. Joint ventures. Contratos internacionais. Estatuto da Cidade. Limites à atividade empresarial. Responsabilidade do Estado por danos ao consumidor, ao meio ambiente e por políticas públicas. Direito do Petróleo: situações jurídicas decorrentes da exploração petrolífera - trabalhistas, administrativas, cíveis, tributárias, empresariais e internacionais.

**Bibliografia:**

---

**DISCIPLINA:** Direitos Sociais e Sistema de Justiça**Sigla-Número:** MD-0005**Nível:** Mest.Acadêmico**Ementa:**

História do constitucionalismo social no Brasil e no mundo. Direitos sociais na Constituição Federal Brasileira de 1988. Direitos fundamentais e proteção social do trabalhador. Princípios constitucionais dos direitos sociais. Direitos individuais e coletivos. Implementação das normas constitucionais. Estado contemporâneo. Direitos sociais e novas tecnologias. Jurisdição trabalhista. Controle judicial das políticas sociais públicas: possibilidade e mecanismos.

**Bibliografia:**

---

**DISCIPLINA:** Ética e Direitos Fundamentais**Sigla-Número:** MD-0012**Nível:** Mest.Acadêmico**Ementa:**

Ética e moral. Ética e Direito. Constitucionalismo, liberalismo, e direitos fundamentais. Gerações de direitos. Deveres fundamentais. Dignidade humana. Direito subjetivo. Direitos sociais. Direito ao meio ambiente. Limites do Estado. Cidadania. Choques Culturais. Bioética. Direitos dos animais. Racismo. Feminismo.

**Bibliografia:**



**Disciplinas**  
**Conferência de Digitação**  
**Ementa e Bibliografia**

**Ano Base**  
**20021**

**INSTITUIÇÃO:** UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

**PROGRAMA:** DIREITO (SOLICITAÇÃO: 2175)

**DISCIPLINA:** Garantias Constitucionais do Processo

**Sigla-Número:** MD-0006

**Nível:** Mest.Acadêmico

**Ementa:**

Tutela constitucional do processo. Acesso à Justiça como garantia constitucional. Princípios constitucionais relativos ao Poder Judiciário e às funções essenciais à Justiça. Garantias constitucionais das partes. Princípios constitucionais do processo. Devido processo legal. Ação. Função criadora do Judiciário. Estrutura judicial brasileira. Importância da Jurisdição Constitucional: controles difuso e concentrado de constitucionalidade e instrumentos constitucionais de garantia dos direitos fundamentais. Meios alternativos para solução de litígios.

**Bibliografia:**

ALMEIDA, Flávio Renato de: Ônus da Prova. Revista de Processo, v. 71/46.  
 ALVIM, José Eduardo Carreira. Juizados Especiais Cíveis. Assistência Litisconsorcial em Mandado de Segurança contra Ato Judicial. Uma Visão do Problema. São Paulo: Revista dos Tribunais 743/20-27.  
 ARAGÃO, E. D. Moniz. Comentários ao CPC, II/271-319. São Paulo: Forense.  
 ARAÚJO CINTRA, Antônio Carlos et. Alii. Teoria Geral do Processo. São Paulo: Revista dos Tribunais.  
 ASSIS, Araken de. Execução Civil nos Juizados Especiais. São Paulo: Revista dos Tribunais.  
 \_\_\_\_\_. Manual do Processo de Execução. São Paulo: Revista dos Tribunais.  
 BAPTISTA DA SILVA, Ovídio Araújo et. Alii. Teoria Geral do Processo Civil. Porto Alegre: Fabris.  
 \_\_\_\_\_. Curso de Processo Civil. Porto Alegre: Fabris.  
 \_\_\_\_\_. Teoria Geral do Processo Civil. Porto Alegre: Fabris.  
 \_\_\_\_\_. Comentários ao Código de Processo Civil - Processo Cautelar. Lejur V. XI.  
 \_\_\_\_\_. Procedimentos Especiais. Rio de Janeiro: Aide.  
 \_\_\_\_\_. Teoria de la Acción Cautelar. Porto Alegre: Fabris.  
 BARBOSA MOREIRA, José Carlos. A Função Social do Processo Civil Moderno e o Papel do Juiz e das Partes na Direção e Instrução do Processo. Revista de Processo, v. 37/140.  
 \_\_\_\_\_. O Juiz e a Prova. Revista de Processo, v. 35/178.  
 BEDAQUE, José Carlos dos Santos. Poderes Instrutórios do Juiz. São Paulo: Revista dos Tribunais.  
 BELLINETI, Luís Fernando. Limitações Legais ao Sigilo Bancário. Revista de Direito do Consumidor. V. 18/141.  
 CAMPO, Hélio Márcio. O Princípio Dispositivo em Sociologia Jurídica Probatório. Porto Alegre: Livraria do Advogado.  
 CARMONA, Carlos Alberto. A Prova Pericial e a Recente Alteração do CPC. Revista de Processo. V. 71/121.  
 CARNELUTTI, Francisco. Sistema de derecho Procesal Civil. Buenos Aires: Uteha.  
 CHIOVENDA, Giuseppe. Instituições de Direito Processual Civil.. São Paulo: Saraiva.  
 CINTRA, Antônio et alii. Teoria Geral do Processo. São Paulo: Revista dos Tribunais.  
 COSTA E SILVA, Antônio Carlos. Tratado do Processo de Execução. Rio de Janeiro; Aide.  
 DALL'AGNOL, Jorge Luís. Depoimento Pessoal e Interrogatório da Parte. Revista da Ajuris, v.54/228.  
 ECHANDIA, Hernando Devis. Teoria General de la Prueba Judicial. Bogotá: Temis.  
 FIGRECO FILHO, Vicente. Direito Judiciário Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva.  
 LACERDA, Galeno. Comentários ao Código de Processo Civil. Rio de Janeiro: Forense.  
 NERY JÚNIOR, Nelson. Princípios do Processo Civil na Constituição Federal. São Paulo: RT.  
 NOGUEIRA, Antônio de Pádua Ferraz. O Acúmulo de Recursos nos Tribunais e a solução emergencial com o juizado especial de pequenas causas.  
 PINTO, Teresa Arruda Alvim. Nulidades da Sentença. São Paulo: RT.  
 PONTES DE MIRANDA. Tratado das Ações. São Paulo: RT.  
 TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. Prazos e Nulidades em Processo Civil. Rio de Janeiro: Forense.  
 THEODORO JR. Humberto. Curso de Processo Civil. São Paulo: Leud (processo de execução e processo cautelar). V. II e III.  
 \_\_\_\_\_. Tutela Antecipada e Tutela Cautelar. Revista dos Tribunais. 742/42.  
 \_\_\_\_\_. Processo de Execução. São Paulo: Leud.  
 \_\_\_\_\_. As Nulidades no CPC. Revista de Processo. 30/38-60.  
 \_\_\_\_\_. Processo Cautelar. São Paulo: Leud.  
 TUCCI, José Rogério Cruz. Contornos da Causa Petendi Perante O Juizado Especial. São Paulo: Revista dos Tribunais. 745/11-17.

**DISCIPLINA:** Garantismo Jurídico

**Sigla-Número:** MD-0015

**Nível:** Mest.Acadêmico

**Ementa:**

Estado de Direito e garantismo. Garantismo e Epistemologia. Garantismo na Teoria Geral do Direito. Ontologia jurídica e garantismo. Validade, vigência e eficácia garantistas. Novos papéis da Ciência do Direito e dos juristas. O valor da igualdade. Parâmetros de legitimidade garantistas. Redefinição garantista da democracia. Garantias materiais: garantias políticas e sociais. Sistemas jurídicos parciais e garantismo constitucional. Princípios e garantias legais e constitucionais.

**Bibliografia:**



**Disciplinas**  
**Conferência de Digitação**  
**Ementa e Bibliografia**

**Ano Base**  
**20021**

**INSTITUIÇÃO:** UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

**PROGRAMA:** DIREITO (SOLICITAÇÃO: 2175)

**DISCIPLINA:** Globalização e Cidadania

**Sigla-Número:** MD-0007

**Nível:** Mest.Acadêmico

**Ementa:**

Globalização: evolução histórica, referencial teórico, aspectos fundamentais. Globalização e neoliberalismo. Soberania e globalização. Globalização jurídica. Pluralismo jurídico. Ordem pública e privada na globalização. Contratos e relações sociais. Democracia e cidadania. A cidadania como ideologia. A cidadania como integração na ordem jurídica. O Estado como educador para a cidadania. Comunitarismo, ordem regional e mundial. Perspectivas.

**Bibliografia:**

ABRANCHES, Sérgio Henrique. Nem cidadãos, Nem seres livres: O dilema político do indivíduo na ordem liberal-democrática. Dados. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: 28 (1:5-25), 1985.

ANDRADE, Vera Regina Pereira. CIDADANIA: Do Direito aos Direitos humanos. São Paulo; Acadêmica, 1993.

ARISTÓTELES, La Política. Centro de Estudios Constitucionales. Madrid, 1989.

\_\_\_\_\_. Ética a Nicômaco. Tradução de Mário da Gama XHURY. Brasília: UnB, 1992.

BARRETO, Vicente. O conceito Moderno de Cidadania. Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, 192, pág. 29-37, Abr/jun., 1993.

BENDIX, Reinhard. Construção Nacional e Cidadania. São Paulo: Edusp, 1996.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. A Cidadania Ativa - Referendo, Plebiscito e Iniciativa Popular. São Paulo: Ática, 1991.

BOBBIO, Norberto. Igualdad y Libertad. Paidós/I.C.E. de la universidad Autónoma de Barcelona: Barcelona, 1993.]

CARVALHO, José Murilo de. Desenvolvimento de la Ciudadanía en Brasil. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

CÍCERO. República - Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1997.

COVRE, maria de Lurdes M. (org.) A Cidadania que não temos. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FARIA, José Eduardo. Retórica Política e Ideologia Democrática: A Legitimidade do Discurso Liberal. Graal, rio, 1984.

HAMILTON, Alexander Etal. O Federalista - Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

HARRIS, David. La Justificación del Estado de Bienestar. Madrid: instituto de Estudios Fiscales, 1990.

HOBBS, Thomas. Leviatan - Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

LAMOUNIER, Bolívar. Etal. Direito, Cidadania e Participação. São Paulo: T.A. Queirós, 1981.

LOCKE, John. 2º Tratado Sobre o Governo Civil. São Paulo: IBRASA, 1967.

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Hemus, 1995.

MARSHALL, T.H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

PLASTINO, Carlos Alberto (org.). Crítica do Direito e do Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. O Contrato Social. São Paulo: Hemus, 1995.

SANTANA, Jair Eduardo. Democracia e Cidadania: O Referendo como instrumento de participação política. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SOARES, Fabiana de Menezes. Direito Administrativo de Participação: Cidadania, Direito, Estado e Município. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

VIANA, Luiz Werneck. O Problema da Cidadania na hora da Transição Democrática. Dados, Revista de Ciências Sociais, 26 (3): 243-264, 1983.

**DISCIPLINA:** Governo e Administração Pública

**Sigla-Número:** MD-0008

**Nível:** Mest.Acadêmico

**Ementa:**

Estado e Governo. Governo e Administração. O Estado-Administração. Ordem pública e serviços públicos. Poder de polícia estrutura orgânica. Poder Executivo e Administração Pública. Administração direta e indireta: descentralização administrativa. Administração contemporânea e Planejamento. Métodos modernos de gestão pública. Perspectiva do Estado e tendências da Administração Pública no Direito Comparado.

**Bibliografia:**

CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de Direito Administrativo. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1988.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 1994.

GASPARINI, Diogenes. Direito Administrativo. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 1994.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 1998.



**Disciplinas**  
**Conferência de Digitação**  
**Ementa e Bibliografia**

**INSTITUIÇÃO:** UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

**PROGRAMA:** DIREITO (SOLICITAÇÃO: 2175)

**DISCIPLINA:** Hermenêutica Jurídica

**Sigla-Número:** MD-0002

**Nível:** Mest.Acadêmico

**Ementa:**

O complexo (do) fenômeno jurídico. Interdependência dos saberes jurídicos fundamentais. Submissão do regramento político-legal ao Direito: a dogmática jurídica. Construção da norma jurídica e influxos extradogmáticos. Princípios. O diálogo norma-sociedade. Direito e linguagem. Semiótica jurídica. A construção do Direito pelo jurista. Conceitos jurídicos indeterminados. Sistemas de interpretação: evolução e complementaridade. Técnicas de interpretação. Critérios para solução de antinomias. Direito intertemporal. A justiça escrita nas leis e nas estrelas. Hermenêutica constitucional.

**Bibliografia:**

ANDRADE, Manuel Augusto R. Ensaio sobre a teoria da interpretação das leis. Coimbra: A AMADO, 1963.  
AZEVEDO, Plauto Faraco de. Crítica à dogmática e hermenêutica jurídica. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1989.  
BAPTISTA, Francisco de Paula. Compêndio de Hermenêutica Jurídica. São Paulo: Saraiva, 1984.  
CANARIS, Claus-Wilhelm. Pensamento Sistemático e Conceito de Sistema na Ciência do Direito. Trad. de Menezes Cordeiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989. CASTRO, F. de A. V. de. Interpretação constitucional e prestação jurisdicional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.  
CITADINO, G. Pluralismo, Direito e Justiça Distributiva. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 1999.  
DANTAS, Ivo. Princípios constitucionais e interpretação constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1995.  
FALCÃO, Raimundo Bezerra. Hermenêutica. São Paulo: Malheiros.  
FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão e dominação. São Paulo: Atlas, 1994.  
FRANÇA, R. Limongi. Hermenêutica jurídica. São Paulo: Saraiva, 1999.  
FREITAS, Juarez. A Interpretação Sistemática do Direito. São Paulo: Malheiros, 1998.  
FRIEDE, Reis. Ciência do Direito, Norma, Interpretação e Hermenêutica Jurídica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.  
GUEDES, M. A. P. Estado e ordem econômica e social: a experiência constitucional da República de Weimar e a Constituição Brasileira de 1934. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.  
HÄBERLE, P. Hermenêutica constitucional - a sociedade aberta dos intérpretes da constituição: contribuição para a interpretação pluralista e procedimental da constituição. Porto Alegre: Safe, 1997.  
HABERMAS, J. Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1997.  
HERKENHOFF, João Baptista. Como aplicar o direito: a luz de uma perspectiva axiológica, fenomenológica e sociológico-política. Rio de Janeiro: Forense, 1997.  
HESSE, K. A Força Normativa da Constituição. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1991  
MACHADO, J. Batista. Introdução ao direito e ao discurso legitimador. Coimbra: Almedina, 1982.  
MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e Aplicação do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 1998.  
MÜLLER, F. Direito, Linguagem e Violência: elementos de uma teoria constitucional. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1995  
PEIXINHO, Manuel Messias. Interpretação da constituição e os princípios fundamentais no Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.  
PRIETO, Sanches Luiz. Ideologia e interpretação jurídica. Madrid: Tecnos, 1987.  
SALDANHA, Nelson. Ordem e hermenêutica: sobre as relações entre as formas de organização e o pensamento interpretativo, principalmente no direito. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.  
SANTOS, Carlos Maximiliano. Hermenêutica e aplicação do direito. Rio de Janeiro: Forense, 1999.  
SILVEIRA, Alípio. Hermenêutica no direito brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1968.  
SALDANHA, Nelson. Ordem e hermenêutica: sobre as relações entre as formas de organização e o pensamento interpretativo, principalmente no direito. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.  
SILVEIRA, Alípio. Hermenêutica no direito brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1968.  
SILVEIRA, Alípio. Hermenêutica jurídica: seus princípios fundamentais no direito. São Paulo: Brasiliense Coleções, 1985.  
STRECK, Lenio Luiz. Hermenêutica jurídica em crise. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

**DISCIPLINA:** Jurisdição Constitucional

**Sigla-Número:** MD-0016

**Nível:** Mest.Acadêmico

**Ementa:**

Constituição e processo: relação de continente e conteúdo. Conceito de Processo Constitucional. Judiciário e Constituição: a cidadania como integração jurídica. A idéia e o sentimento de legalidade. O pressuposto de proporcionalidade. Direitos fundamentais. O controle de constitucionalidade no Brasil: Histórico, Modelos de controle, A inconstitucionalidade e sua classificação, Classificação do controle. Controle concentrado, misto e difuso de constitucionalidade: mecanismos constitucionais e infraconstitucionais. Agentes de interpretação institucional: Ministério Público e Advocacia Pública. Corte constitucional e súmulas vinculantes. Fundamentos do controle judicial da Administração Pública. A responsabilidade pelo ato judicial.

**Bibliografia:**



**Disciplinas**  
**Conferência de Digitação**  
**Ementa e Bibliografia**

**INSTITUIÇÃO:** UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

**PROGRAMA:** DIREITO (SOLICITAÇÃO: 2175)

**DISCIPLINA:** Metodologia da Investigação Científica

**Sigla-Número:** MD-0004

**Nível:** Mest.Acadêmico

**Ementa:**

A pesquisa jurídica. Os métodos na pesquisa jurídica. A pesquisa dogmática. A pesquisa empírica. O plano de trabalho (projeto e dissertação de Mestrado).

**Bibliografia:**

ANDRADE, M.M. como preparar trabalhos para cursos de Pós-Graduação. São Paulo: Atlas, 1995.  
 ASSOCIAÇÃO BÁSICA DE NORMAS TÉCNICAS. Normas da ABNT sobre documentação. Rio de Janeiro: 1978/80.  
 ÁVILA, Vicente Fidelis de. A pesquisa na dinâmica da vida e na essência da universidade: Ensaio de curso para estudantes, professores e outros profissionais. Campo Grande: UFMS, 1995.  
 BRANDÃO, C. R. (org.) Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1987.  
 CARVALHO, M. C. (org.) Construindo o saber: metodologia científica. Campinas: Papirus, 1994.  
 DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 1985.  
 ECO, Umberto. Como se faz uma tese em Ciências Sociais. Lisboa: Presença, 1988.  
 GASPAROTO, Jayme Wanderley. Ciência e Investigação: Considerações gerais. R. Bras. Biblioteconomia. São Paulo: v. 26, n. 1/2, p. 55-63, jan/jun., 1993.  
 GIL, A. C. Como elaborar um projeto de pesquisa. São Paulo; Atlas, 1993.  
 GOODE, W. J. Hatt, P.K. Métodos em Pesquisa Social. São Paulo: Loyola, 1983.  
 LAKATOS, E.M., MARCONI, M.A. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 1991.  
 LUCKESI, C. et alii. Fazer Universidade: Uma proposta metodológica. São Paulo: Cortez, 1991.

**DISCIPLINA:** Metodologia do Ensino Superior

**Sigla-Número:** EDU-0019

**Nível:** Mest.Acadêmico

**Ementa:**

A análise de elementos teórico-metodológicos e técnicos que possibilitem orientar o planejamento e execução dos processos de ensino-aprendizagem no âmbito do ensino superior, estimulando a criação cultural, o desenvolvimento de mentalidade científica e do pensamento crítico-reflexivo.

**Bibliografia:**

RAMALHO, Betania Leite. Breves Notas para Pensar o Ensino, a Docência e a Formação de Professores. Circulação interna no PPGED-UFRN. Março, 1998.  
 GONZÁLES, Fernández e ESCARTÍN, Elortegui. Qué Piensan los Profesores Acerca de Cómo se Debe Enseñar. Enseñanza de las Ciencias. Revista de Investigación y experiencias didácticas. Instituto de Ciències de l'Educació de la Universitat Autònoma de Barcelona y Vice-rectorat de 'Investigación de la Universitat de València. España. 1996. Vol. 14/nº 3, pp. 331-342.  
 LOPES, A.R.C. Contribuições de Gaston Bachelard ao Ensino de Ciências. Rev. Enseñanza de las Ciencias, 1993. Vol. 11, nº 3, pp. 324-330.  
 RAMALHO, Betania Leite e NUÑEZ, Isauro Beltrán. A Formação Inicial e a Definição de um Modelo Profissional. (coord.) do Livro do GT Formação de Professores, XIII EPEN. PPGED-Editora da UFRN, 1998.  
 NUÑEZ, Isauro Beltrán e RAMALHO, Betania Leite. A Estrutura Curricular como Base para a Formação e Profissionalização Docente. Editora da UFRN, 1998.  
 GALLO, Silvio. Saberes, Transversalidade e Poderes. Caxambú: 1996.  
 BIREAUD, Annie. Os Métodos Pedagógicos no Ensino Superior. Porto: Editora Porto, 1995.  
 MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei n. 9.394/96.  
 NÉRICI, Imídeo G. Didática do Ensino Superior. São Paulo: Ibrasa, 1993.  
 CANDAU, Vera Maria. A Didática em Questão? Petrópolis: Vozes, 1996.  
 OLIVEIRA, Silvio de. Tratado de Metodologia Científica. São Paulo: Pioneira, 1997.  
 GIL, A. C. Metodologia do Ensino Superior. São Paulo: Atlas, 1994.  
 DEMO, Pedro. Avaliação Qualitativa. São Paulo: Autores Associados, 1987.  
 DURHAM, Eunice R. e SCHWARTZMAN. Avaliação do Ensino Superior. São Paulo: Edusp, 1992.  
 CHARLE, Cristophe e VERGER, Jaques. História das Universidades. São Paulo: Unesp, 1996.  
 KOURGANOFF, Wladimir. A face oculta da Universidade. São Paulo: Unesp, 1990.  
 LUCKESI, Cipriano Carlos. Fazer Universidade: Uma proposta metodológica. São Paulo: Cortez, 1989.  
 CARVALHO, Maria Cecília M. Técnicas de Dinâmica de Grupo, in Construindo o Saber. Metodologia Científica - fundamentos técnicos. Campinas: Papirus.



**Disciplinas**  
**Conferência de Digitação**  
**Ementa e Bibliografia**

**INSTITUIÇÃO:** UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

**PROGRAMA:** DIREITO (SOLICITAÇÃO: 2175)

**DISCIPLINA:** Seminários Jurídicos Avançados

**Sigla-Número:** MD-0018

**Nível:** Mest. Acadêmico

**Ementa:**

Regramento da Ordem Constitucional

Temas de Direito Constitucional Comparado

Temas de Direito Constitucional Econômico

Teoria da Responsabilidade Política

Políticas em desenvolvimento energético

Políticas globais de prevenção e controle da criminalidade

**Bibliografia:**

A Bibliografia será apresentada de acordo com os temas específicos que serao ministrados.

**DISCIPLINA:** Sociologia Jurídica

**Sigla-Número:** MD-0003

**Nível:** Mest. Acadêmico

**Ementa:**

Instância Jurídica e crise. Sociologia do conhecimento e sociologia jurídica: positivismo, historicismo, marxismo. Precusores e fundadores da Sociologia Jurídica: Durkheim, Erlich, Weber, Gurvitch. Teoria do conflito e teoria da ordem. A sociologia jurídica no Brasil. Pluralismo e monismo jurídico. Sociedades dependentes e periféricas. Direito, Ideologia e Utopia. O Direito e a questão da globalização dos direitos. Principais linhas de investigação contemporâneas.

**Bibliografia:**

- ARNAUD, Andre-Jean. Dicionário Enciclopédico de teoria e de sociologia do direito. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.
- ARRUDA JR., Edmundo Lima de. Introdução à Sociologia Jurídica Alternativa. São Paulo: Acadêmica, 1993.
- ARRUDA JR., Edmundo Lima de. Direito moderno e mudança social: ensaios de sociologia jurídica. Belo Horizonte : Del Rey, 1997.
- ARRUDA JR., Edmundo Lima de. Ensino jurídico e sociedade: formação, trabalho e ação social. São Paulo : Acadêmica, 1989.
- BITTENCOURT, Cezar Robert. Crime e Sociedade. Curitiba: Juruá, 1999.
- CAMPOS, Carlos. Sociologia e Filosofia do Direito. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.
- CASTRO, Celso Pinheiro de. Sociologia do direito. São Paulo: Saraiva, 1995.
- CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Sociologia Jurídica (Você Conhece?) 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- CORREAS, O. Crítica da ideologia jurídica : ensaio sócio-semiológico. Porto Alegre : Sergio Fabris, 1995.
- EHRlich, Eugen. Sociologia do Direito. Brasília: UnB, 1986.
- FARIA, José Eduardo. COMPILONGO, Celso Fernandes. A Sociologia Jurídica no Brasil. Porto Alegre: Fabris, 1999.
- FARIA, José Eduardo. Sociologia Jurídica: crise do direito e praxis política. Rio de Janeiro: Forense, 1984.
- GUSTIN, M. B. de S. Das necessidades humanas aos direitos : ensaio de sociologia e filosofia do direito. Belo Horizonte : Del Rey, 1999.
- JUNQUEIRA, E. B. A sociologia do direito no Brasil: introdução ao debate atual. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 1993.
- LEVY-BRUHL, Henri. Sociologia do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- LOCHE, Adriana A.. Sociologia Jurídica. Porto Alegre: Síntese, 1999.
- MACHADO NETO, A. L. Sociologia Jurídica. São Paulo: Saraiva, 1987.
- MONREAL, E. N. O direito como obstáculo à transformação social. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1988.
- PINTO, J. B. M. Direito e novos movimentos sociais. São Paulo : Acadêmica, 1992.
- ROSA, F. A. de M. Sociologia do direito : o fenômeno jurídico como fato social. 15. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1999.
- SALDANHA, Nelson. Sociologia do Direito. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.
- SANTANA, J. E. Direito, justiça e espiritualidade. Belo Horizonte : Inédita, 2000.
- SANTOS, B. de S. O discurso e o poder : ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica. Porto Alegre : Sergio Fabris, 1988.
- SANTOS, W. Dicionário de sociologia. 2. ed. Belo Horizonte : Del Rey, 1995.
- SIMÕES, C. O direito e a esquerda: críticas dos conceitos fundamentais. São Paulo: Acadêmica, 1994.
- SOUTO, Cláudio. & SOUTO, Solange. Sociologia do Direito. Porto Alegre: SAFE, 1997.
- SOUTO, Cláudio. Teoria Sociológica do Direito e Prática Forense. Porto Alegre: Fabris, 1978.
- WOLKMER, Antonio Carlos. Ideologia, Estado e Direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.



**Disciplinas**  
**Conferência de Digitação**  
**Ementa e Bibliografia**

**INSTITUIÇÃO:** UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

**PROGRAMA:** DIREITO (SOLICITAÇÃO: 2175)

**DISCIPLINA:** Teoria da Constituição

**Sigla-Número:** MD-0001

**Nível:** Mest. Acadêmico

**Ementa:**

Teoria da Constituição e do Poder Constituinte. Poder Constituinte originário: contrato social, interdependência entre os poderes e atuação política do Judiciário. Comunidades supranacionais, federalismo e cidadania local. Reformas e mutações constitucionais. Representação e participação popular. Jurisdição Constitucional: necessidade e legitimidade. Teoria Constitucional contemporânea. Garantismo. Concretização. Procedimentalismo. Liberalismo. Direitos Fundamentais. Acesso à Justiça e Estado.

**Bibliografia:**

- BARROSO, L. R. O direito constitucional e a efetividade de suas normas. 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
- BASTOS, C. R. Curso de direito constitucional. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- BOBBIO, N. Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. São Paulo: Malheiros, 1998.
- BONAVIDES, Paulo. Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros, 1999.
- CANOTILHO, J.G. Direito Constitucional. Coimbra: Livraria Almedina, 1992.
- CASTRO JÚNIOR, O. A. de. A democratização do poder judiciário. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1998.
- CRETELLA JÚNIOR, J. Elementos de direito constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- DANTAS, Ivo. Instituições de direito constitucional brasileiro. Curitiba: Juruá, 1999.
- FARIAS, J. F. de C. Crítica à noção tradicional de poder constituinte. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1988.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 1999.
- FIUZA, R. A. M. Direito constitucional comparado. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.
- HABERMAS, J. Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HECK, L. A. O tribunal constitucional federal e o desenvolvimento dos princípios constitucionais: contributo para uma compreensão da jurisdição constitucional federal alemã, Proto Alegre : Sergio Antonio Fabris, 1995.
- HESSE, K. A força normativa da constituição. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1991.
- LASSALLE, F. A essência da constituição. 5 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.
- LIMA, R. M. C. Poder constituinte e poder reformador. Leme (SP). LED, 1996.
- MACHADO, R. H. Reforma do estado ou reforma da constituição? Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.
- MAGALHÃES, R. B. de. Direito constitucional. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1996.
- MORAES, A. de. Direito constitucional. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- MÜLLER, F. Direito, Linguagem e Violência: elementos de uma teoria constitucional. Porto Alegre: Safe, 1995.
- OLIVEIRA, M. A. C. de. Tutela jurisdicional e estado democrático de direito. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.
- ROCHA, C. L. A. República e federação no Brasil: Traços constitucionais da organização política brasileira. Belo Horizonte : Del Rey, 1997.
- RODRIGUES, M. A. Poder constituinte supranacional: esse novo personagem. Porto Alegre: Sergio Fabris, 2000.
- SARAIVA, P. L. Manual de direito constitucional: a constituição deles não é a nossa. São Paulo: Acadêmica, 1995.
- SCHNEIDER, P. Democracia y Constitución. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1991.
- SIEYÉS, E. J. A constituinte burguesa. Qu'est-ce que le tiers état? Organização e introdução Aurélio Wander Bastos. 4. ed. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2001.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 1999.
- SILVA, S. G. C. L. da. Poder reformador: insuficiência conceitual e experiências constitucionais. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 1997.
- VERDU, P.L. La constitución abierta y sus enemigos. Madrid: Beramar, 1990.



**Disciplinas**  
**Conferência de Digitação**  
**Ementa e Bibliografia**

Ano Base  
20021

**INSTITUIÇÃO:** UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

**PROGRAMA:** DIREITO (SOLICITAÇÃO: 2175)

**DISCIPLINA:** Tutela Jurisdicional Ambiental

**Sigla-Número:** MD-0013

**Nível:** Mest. Acadêmico

**Ementa:**

Liberdade públicas. As declarações de direitos. Direitos públicos subjetivos. Direitos à prestação negativa e a prestação positiva. Os direitos da personalidade. A dicotomia autoridade/liberdade. O papel do judiciário para a reparação das lesões a direitos no sistema da separação funcional e tripartite dos poderes do Estado. As questões políticas. As garantias individuais. Instituições pa54a a tutela de direitos públicos subjetivos. A proteção jurisdicional dos interesses difusos: os princípios da legalidade e da igualdade jurídica. A laicidade de Estado contemporâneo.

**Bibliografia:**

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Interesse Público. Revista do Ministério Público do Trabalho em São Paulo. São Paulo: Centro de Estudos, PRT 2ª Região, 1995.

FILOMENO, José Geraldo Brito. Ministério Público como guardião da cidadania. In: Ministério Público: instituição e processo. FERRAZ, Antônio Augusto Mello Camargo (coord.). São Paulo: Atlas, 1997.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Os sindicatos e a defesa dos interesses difusos no direito processual civil brasileiro. Coleção de estudos de direito de processo Enrico Tullio Liebman. São paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

GOMES, Orlando. Introdução ao Direito Civil. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

GRINOVER, Ada Pellegrini. A problemática dos interesses difusos. In: A tutela dos interesses difusos. São paulo: Max Limonad, 1984.

LOPES, José Reinaldo Lima. Direito subjetivo e direitos sociais: o dilema do judiciário no Estado social de Direito. In: Direitos Humanos, Direitos Sociais e Justiça.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Interesses Difusos: conceito e legitimação para agir. 4 ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.

MAZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo. 9 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 1997.

MEDEIROS NETO, Xisto Tiago de. Ação civil pública e tutela de interesses transindividuais. In: Genesis - Revista de Direito do Trabalho. Curitiba: Genesis, n.66, jun. 1998.

MORAIS, Alexandre de. Direito constitucional. São Paulo: Atlas, 1997.

OLIVEIRA, Francisco Antônio. Da ação civil pública: instrumento de cidadania. In: Revista Ltr. São Paulo, ano 61, n.7, jul. 1997.

OLIVEIRA, Waldemar mariz. A tutela jurisdicional dos interesses coletivos. In: A tutela dos Interesses Difusos. GRINOVER, Ada Pellegrini (coord.) et al. São Paulo: Max Limonad, 1984.

PRADE, Péricles. Conceito de Intesses Difusos. 2 ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

SALLES, Carlos Alberto. Legitimidade para agir: desenho processual da atuação do Ministério Público. In: Ministério Público: instituição e processo. FERRAZ, Antônio Augusto Mello de Camargo (coord.). São Paulo: Atlas, 1997.

SANSECRINO, Milton. O Ministério Público e o interesse público no processo civil. In: Revista Forense. Rio de Janeiro, vol.254: 197-208, maio/jun. 1976.